

Fonte:Gazeta do Povo, sábado, 07 de junho de 2003

COMBUSTÍVEIS/ Empresa é processada por sonegação

Distribuidora de Campo Largo, ligada à Petropar, está sendo investigada há um ano e meio pelo MP

João Natal Bertotti

Sócios e ex-sócios de uma empresa pertencente ao grupo Petropar Distribuidora de Petróleo, citado nesta semana na CPI dos Combustíveis, na Câmara dos Deputados, foram denunciados pelo Ministério Público à Justiça por crime de sonegação fiscal e estão respondendo a processo há um mês. O processo só foi aberto um ano e meio depois das investigações terem sido concluídas pela Promotoria do Patrimônio Público.

Os empresários foram denunciados no último 19 de maio pelo Ministério Público, que há três anos fez uma devassa na empresa do grupo, a Álcool Araucária Distribuidora, em Araucária. Os acusados são Ítalo Belon Neto, Vitor Manuel Pires Bico, Joel Teixeira e Adalberto Gineste, que respondem a ação penal pelo mesmo crime no Rio Grande do Sul, onde tiveram as prisões preventivas decretadas e depois revogadas.

Nenhum dos quatro envolvidos foi encontrado ontem pela reportagem. O interrogatório dos réus está marcado para o dia 28 de julho, às 13 h. Em outras oportunidades, Belon e Bico negaram à reportagem as denúncias. Eles afirmaram que venderam a Álcool Araucária, assim como a Petropar, antes de surgirem esses problemas, embora todos tenham sido investigados pela CPI dos Combustíveis até por adulteração de combustível.

Os sócios e ex-sócios da Álcool Araucária têm ligação direta com a Petropar, suspeita de sonegar impostos, adulterar combustível e de estar envolvida na lavagem de dinheiro de traficantes cariocas no Auto Posto Matheus, em Curitiba. Além da Petropar, outras duas empresas do Paraná serão investigadas pela CPI dos Combustíveis da Câmara Federal. A Comissão recebeu os nomes das empresas no depoimento dado nesta semana aos deputados pelo presidente do Comitê Sul Brasileiro de Qualidade dos Combustíveis, Paulo Boamar.

Segundo a denúncia, a Álcool Araucária, com sede em Campo Largo, levou 500 carretas com 30 mil litros de álcool para industrializar no Rio Grande Sul, entre outubro de 1999 e março de 2000. O produto retornaria embalado e seria vendido no estado, o que não ocorreu. Segundo o MP, o produto foi vendido como álcool combustível em postos gaúchos, sem que nenhum centavo de tributo fosse recolhido. Da mesma forma, a empresa teria simulado a volta do produto ao Paraná, onde os impostos também não teriam sido pagos.

A investigação da Promotoria do Patrimônio Público começou durante os trabalhos da CPI Estadual dos Combustíveis, foi concluída em janeiro do ano passado e encaminhada ao Fórum de Campo Largo, onde fica a sede da empresa. No último dia 19, a promotora de Justiça Cláudia Regina do Rego Monteiro Rocha fez a acusação.

Segundo a promotora, a demora da denúncia deve-se a vários motivos, como o recebimento de novos documentos, cuidados para melhor instruir a ação e alterações formais.

Revogada prisão de empresários de combustíveis

Maringá – A Justiça de Maringá revogou ontem a prisão temporária dos empresários Edno Diniz Alves, 32, e Gilson Ambleto Justi, 42, sócios da Maripetro Representação Comercial de Produtos Derivados de Petróleo Ltda, uma das cinco empresas investigadas pelo Ministério Público e Receita Estadual sob suspeita de atuar irregularmente como distribuidora de combustíveis. Alves e Justi tiveram a prisão temporária decretada na semana passada sob acusação de crimes contra a ordem tributária (sonegação fiscal), econômica (cartelização) e formação de quadrilha para adulteração de

combustíveis.

O Ministério Público representou pela prisão deles porque na Maripetro foram encontrados 30 lacres de tanques de combustíveis e notas fiscais identificadas com os mesmos números dos lacres, materiais de uso exclusivo das distribuidoras para controle fiscal do transporte e garantia de não adulteração. O juiz José Cândido Sobrinho, da 4.^a Vara Criminal, o mesmo que decretou a prisão, acatou os argumentos da defesa de que os empresários tem residência fixa, são primários e estão à disposição da Justiça. O delegado Ítalo Segal disse que a revogação da temporária dos acusados não prejudica as investigações.

<mailto:mpimpr@pr.gov.br>

Fonte: <http://mp.pr.gov.br>